

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA LAR DO SOL III S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

CNPJ nº 31.414.665/0001-75

NIRE nº 31 3 0012762-1

Endereço: Rod. MG 496, Km 3.25, Parte A, Área Rural - Pirapora - MG - 39277-899

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A. ("Lar do Sol III" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Lar do Sol III é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Fotovoltaica Lar do Sol 6, com capacidade instalada de 49,5 MW e garantia física de 13,3 MWm. A Central Fotovoltaica Lar do Sol 6 é uma das 4 Centrais Fotovoltaicas (Centrais) que compõem o Conjunto Fotovoltaico Lar do Sol, localizado no município de Pirapora, no Estado de Minas Gerais.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à ENGIE Lar do Sol Holding S.A., uma *holding* controlada indiretamente pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e trading de energia elétrica. Opera ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

3. Ambiente Macroeconômico

Em 2025, a economia global cresceu de forma moderada, sustentado pelo crescimento dos emergentes, principalmente da Índia e China, e pela economia dos Estados Unidos, impulsionados por investimentos em tecnologia e inteligência artificial. A inflação continuou desacelerando e permitiu algum alívio monetário, embora riscos como protecionismo e fragilidades fiscais de emergentes tenham permanecido.

No Brasil, o PIB registrou ritmo inferior ao apresentado no ano anterior, apoiado pelo desempenho da agropecuária, pela resiliência do mercado de trabalho e pela sustentação do consumo das famílias. Por outro lado, os setores mais sensíveis ao ciclo econômico foram limitados pelos juros elevados e pelo menor impulso fiscal. A inflação encerrou o ano em 4,2%, acima da meta, mas em convergência, favorecida pela valorização do real, com a taxa de câmbio caindo para R\$ 5,50.

4. Desempenho Operacional

Em 2025 a geração bruta da Companhia alcançou 77,9 GWh, desempenho 19,8% inferior à observada em 2024, que foi de 97,2 GWh. O índice de disponibilidade energética interna, considerando-se as indisponibilidades de *trackers* e inversores, em 2025 atingiu 99,92%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2025	2024	Varição	Varição %
Receita operacional líquida	20.333	17.740	2.593	15%
(prejuízo) lucro bruto	(2.432)	2.101	(4.533)	-216%
Resultado do serviço (Ebit)	(2.652)	(18.808)	16.156	-86%
Ebitda (Lajida) ¹	4.542	(11.698)	16.240	-139%
Resultado financeiro	(8.023)	(9.412)	1.389	-15%
Prejuízo do exercício	(11.560)	(29.281)	17.721	-61%

¹ Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida: o aumento decorre, substancialmente, em função do reajuste dos preços contratuais pelo indexador previsto em contrato e do aumento na receita com transações no mercado de energia de curto prazo.

Ebitda e Ebit: a variação decorre, substancialmente, pelo reconhecimento não recorrente em 2024 de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) dos ativos de aproximadamente R\$ 20 milhões, bem como pelo aumento na linha da receita operacional líquida. O efeito positivo foi suavizado pelo aumento nas despesas com compra de energia de aproximadamente R\$ 6,9 milhões.

Prejuízo do exercício: redução do prejuízo foi motivada pela combinação dos efeitos anteriormente citados.

6. Direito dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernest & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram outros serviços, exceto aqueles relacionados à auditoria independente em 2025.

8. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2025.

A Administração

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA LAR DO SOL III S.A.
CNPJ N° 31.414.665/0001-75| NIRE N° 31 3 0012762-1
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.370	8.679
Contas a receber de clientes	5	1.811	1.677
Outros ativos circulantes		417	53
		3.598	10.409
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	6	3.107	2.990
Outros ativos não circulantes		2	2
		3.109	2.992
Imobilizado	7	196.085	203.202
		199.194	206.194
TOTAL		202.792	216.603
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31.12.2025	31.12.2024
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	4.712	787
Dividendos		-	3.809
Financiamento	10	2.757	2.517
Outros passivos circulantes		318	531
		7.787	7.644
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	2.455	3.885
Financiamento	10	97.713	100.257
Provisão para desmobilização	7	4.287	3.002
Outros passivos não circulantes		295	-
		104.750	107.144
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	11		
Capital social		118.865	118.865
Prejuízos acumulados		(28.610)	(17.050)
		90.255	101.815
TOTAL		202.792	216.603

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA LAR DO SOL III S.A.
CNPJ Nº 31.414.665/0001-75| NIRE Nº 31 3 0012762-1
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	20.333	17.740
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7	(7.194)	(7.110)
Serviços de terceiros		(1.573)	(1.521)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(3.394)	(3.389)
Energia elétrica comprada para revenda e transações no mercado de energia de curto prazo		(8.886)	(1.976)
Outros		(1.718)	(1.643)
		(22.765)	(15.639)
(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO		(2.432)	2.101
Despesas operacionais			
<i>Impairment</i>	7	-	(20.797)
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(216)	(112)
Outras despesas operacionais, líquidas		(4)	-
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(2.652)	(18.808)
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		318	1.361
Renda de depósitos vinculados ao serviço da dívida		403	161
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(7.399)	(7.304)
Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização	7	(126)	(336)
Outras despesas financeiras, líquidas		(1.219)	(3.294)
		(8.023)	(9.412)
PREJUÍZO ANTES DOS TRIBUTOS		(10.675)	(28.220)
Imposto de renda e contribuição social correntes	13		
Imposto de renda		(589)	(725)
Contribuição social		(296)	(336)
		(885)	(1.061)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(11.560)	(29.281)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(11.560)	(29.281)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(11.560)	(29.281)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA LAR DO SOL III S.A.
CNPJ N° 31.414.665/0001-75 | NIRE N° 31 3 0012762-1
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros					Total
		Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	
Saldos em 31.12.2023		121.205	(2.340)	802	11.429	-	131.096
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(29.281)	(29.281)
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	(802)	(11.429)	12.231	-
Saldos em 31.12.2024	11	121.205	(2.340)	-	-	(17.050)	101.815
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(11.560)	(11.560)
Saldos em 31.12.2025	11	121.205	(2.340)	-	-	(28.610)	90.255

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA LAR DO SOL III S.A.
CNPJ N° 31.414.665/0001-75| NIRE N° 31 3 0012762-1
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos tributos	(10.675)	(28.220)
Conciliação do lucro com o caixa das operações:		
Juros e variação monetária sobre financiamento	7.399	7.304
Depreciação e amortização	7.194	7.110
Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização	126	336
Renda de depósitos vinculados ao serviço da dívida	(403)	(161)
Impairment	-	20.797
Outros	664	(387)
Resultado antes dos tributos ajustado	4.305	6.779
Aumento nos ativos		
Contas a receber de clientes	(134)	2.449
Outros ativos	(454)	689
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	3.209	251
Outros passivos	(222)	(206)
Caixa gerado nas operações	6.704	9.962
Pagamentos de juros sobre financiamento	(7.439)	(8.083)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(787)	(981)
Caixa líquido das atividades operacionais	(1.522)	898
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	-	(468)
Caixa líquido das atividades de investimento	-	(468)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de financiamento	(2.264)	(5.500)
Depósitos vinculados	286	480
Dividendos pagos	(3.809)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	(5.787)	(5.020)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(7.309)	(4.590)
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	8.679	13.269
Saldo final	1.370	8.679
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(7.309)	(4.590)

As informações adicionais sobre as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 17 - Informações complementares ao fluxo de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA LAR DO SOL III S.A.
CNPJ Nº 31.414.665/0001-75 | NIRE Nº 31 3 0012762-1
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A. ("Lar do Sol III" ou "Companhia"), com sede no município de Pirapora, estado de Minas Gerais (MG), foi constituída em 04.09.2018, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte solar.

A Companhia detém autorização para explorar a Central Geradora Fotovoltaica (UFV) Lar do Sol 6 (em conjunto "Usinas"), as quais estão localizadas no município de Pirapora (MG) e possuem em conjunto capacidade instalada de 49,5 MW¹. Devido ao modelo de operação as Usinas não possuem garantia física declarada. Em 07.2023, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

A Companhia tem sua operação dedicada ao suprimento dos contratos de venda de energia firmados bilateralmente no ambiente de contratação livre, na modalidade de autoprodução junto a Unipar Carbocloso S.A., com período de suprimento de 01.01.2024 à 31.12.2042, no qual a Companhia fornecerá 107 GWh por ano.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 27.03.2026.

Continuidade operacional

Apesar de a Administração reconhecer a existência de indicadores negativos, conclui-se, que não há incertezas materiais que comprometam o pressuposto de continuidade operacional. Tal conclusão apoia-se, sobretudo, na disponibilidade de suporte financeiro por parte da controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A., que demonstra capacidade e compromisso em prover os recursos necessários para atender às obrigações e manter a regularidade das operações de suas controladas.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis definidas pela Aneel.

b.1) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

b.2) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

b.3) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

b.4) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrida. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

c) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária (AGO).

d) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

e) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

f) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras.

h) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; e (iii) à provisão para desmobilização da Usina.

i) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novos pronunciamentos e revisões às normas existentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na origem e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	18.10.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3) As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

(1) Sem correspondente direto nas normas internacionais.

j) Novas normas, alterações, interpretações e orientações ainda não vigentes

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<p>Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 CBPS nº 02</p> <p>Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.</p>	12.09.2024	01.01.2026	Sem impactos relevantes.
<p>CPC 51</p> <p>O CPC 51 substitui o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências do CPC 26 (R1) não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos do CPC 26 (R1) foram movidos para o CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A nova norma exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.</p>	10.10.2025	01.01.2027	<p>A Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras no futuro. Atualmente, a Companhia está em fase de estudo e adequação dos processos internos visando o cumprimento da norma.</p>

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e depósitos bancários à vista	267	481
Aplicações financeiras	1.103	8.198
	1.370	8.679

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2025 e 2024 foi de cerca de 99,7% e 99,6% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2025	31.12.2024
Unipar Carbochloro S.A.	1.727	1.632
Transações no mercado de energia de curto prazo	84	45
	1.811	1.677

O saldo a receber da Unipar Carbochloro corresponde ao contrato de venda de energia por autoprodução com vencimento em dezembro de 2042. Mais detalhes vide Nota 16 – Transações com partes relacionadas.

Em 31.12.2025 e 31.12.2024, a Companhia não apresentava valores vencidos em suas contas a receber. A Companhia não reconheceu perdas de crédito esperadas, haja vista sua experiência de perda de crédito histórica e sua expectativa no recebimento destes créditos.

NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2025, a Companhia mantinha R\$ 3.107 (R\$ 2.990 em 31.12.2024) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a Companhia tem a obrigação de manter em depósito 2,5% do valor da dívida.

NOTA 7. IMOBILIZADO

a) Composição

	Taxa média de depreciação	31.12.2025			31.12.2024		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Máquinas e equipamentos	3,64%	210.685	(17.154)	193.531	209.526	(10.053)	199.473
Direito de uso de arrendamentos	13,90%	2.832	(278)	2.554	3.914	(185)	3.729
		213.517	(17.432)	196.085	213.440	(10.238)	203.202

b) Mutações do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Direito de uso de arrendamentos	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2023	230.716	3.859	-	234.575
Ingressos	-	-	585	585
Reversão de provisão para desmobilização	(3.934)	-	-	(3.934)
Baixas	(117)	-	-	(117)
Transferências	585	-	(585)	-
Provisão para redução ao valor recuperável de ativo	(20.797)	-	-	(20.797)
Depreciação	(6.980)	(130)	-	(7.110)
Saldos em 31.12.2024	199.473	3.729	-	203.202
Provisão para desmobilização	1.159	-	-	1.159
Remensuração	-	(1.082)	-	(1.082)
Depreciação	(7.101)	(93)	-	(7.194)
Saldos em 31.12.2025	193.531	2.554	-	196.085

c) Provisão para desmobilização

Em 2023, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque solar, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 6,7%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2025 era de R\$ 4.287 (R\$ 3.002 em 31.12.2024), a variação do saldo é decorrente de (i) juros e variação monetária de R\$ 126 registrada no resultado do exercício de 31.12.2025 (R\$ 336 em 31.12.2024) e (ii) R\$ 1.159 de provisão para desmobilização em 31.12.2025 (em 31.12.2024 efeito negativo da reversão de R\$ 3.934 por revisão das premissas e estimativas que compõem o cálculo da provisão).

d) Provisão para redução ao valor recuperável de ativo

Em 31.12.2024 a Companhia reconheceu *impairment* no montante de R\$ 20.797 relativos à obsolescência econômica do parque gerador.

e) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Central Geradora Fotovoltaica (UFV) Lar do Sol 6, com capacidade instalada em conjunto de 49,5 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 04.2019.

NOTA 8. FORNECEDORES

	31.12.2025	31.12.2024
Arrendamentos a pagar	2.808	3.898
Fornecedores de materiais e serviços	373	319
Encargos de uso da rede elétrica	289	274
Energia elétrica comprada	3.697	181
	7.167	4.672
Passivo circulante	4.712	787
Passivo não circulante	2.455	3.885
	7.167	4.672

NOTA 9. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2026 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
	2025	2026	Provável	$\Delta + 25\%$ (*)	Administração
IPCA	4,3%	4,0%	-0,3 p.p.	1,0 p.p.	0,0 p.p.

(*) A sensibilidade de 25% é calculada sobre o cenário provável de 2026, considerando um cenário pessimista (redução para ativos e aumento para passivos).

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2025 e os previstos no cenário provável para 2026, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2026. A sensibilidade de 25% é calculada sobre o cenário provável de 2026, considerando um cenário pessimista (redução para ativos e aumento para passivos). As variações que poderão impactar o resultado e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2026, em comparação com o ano de 2025, caso tais cenários se materializem, são estas:

Financiamento	Saldo em 31.12.2025	Sensibilidade		
		Provável	$\Delta + 25\%$	Administração
IPCA	100.470	215	(846)	(41)

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2025	31.12.2024
Dívida	100.470	102.774
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(3.107)	(2.990)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.370)	(8.679)
Dívida líquida	95.993	91.105
Patrimônio líquido	90.255	101.815
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	1,1	0,9

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia mantém contrato com a Unipar Carbocloro S.A., acionista minoritário da Companhia, mitigando assim o seu risco de crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2025, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2025. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa contratual
Fornecedores	4.712	756	756	8.531	14.755
Financiamento	5.319	11.318	12.165	102.397	131.199
	10.031	12.074	12.921	110.928	145.954

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2025	31.12.2024
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	1.103	8.198
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	267	481
Contas a receber de clientes	1.811	1.677
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	3.107	2.990
	6.288	13.346
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	7.167	4.672
Financiamento	100.470	102.774
	107.637	107.446

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10. FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

	Total
Saldos em 31.12.2023	109.053
Juros e V.M.	7.304
Amortização do principal	(5.500)
Amortização de juros	(8.083)
Saldos em 31.12.2024	102.774
Juros e V.M.	7.399
Amortização do principal	(2.264)
Amortização de juros	(7.439)
Saldos em 31.12.2025	100.470
Passivo circulante	2.757
Passivo não circulante	97.713
	100.470

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2027	2.903
2028	3.253
2029	3.544
2030	3.832
2031	3.919
2032 a 2036	24.837
2037 a 2041	35.784
2042 a 2045	19.641
	97.713

c) Condições contratadas

	Encargos	Condições de pagamento		Saldos em 31.12.2025
		Vencimento	Principal e encargos	
BNB	IPCA + 3,15% a.a. (sem BA ¹) IPCA + 2,67% a.a. (com BA ¹)	11.2045	Mensais	100.470

(1) Bônus de Adimplemento: condição de redução pelo fator 0,85 aplicada aos juros incorridos nas parcelas do serviço da dívida pagas em dia. Condição prevista para os financiamentos por receberem recursos do Fundo Constitucional do Nordeste.

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) garantia fidejussória por Lar do Sol Holding e Engie Brasil Holding 2; (ii) alienação fiduciária de quotas da Companhia, de titularidade dos sócios; (iii) alienação fiduciária dos equipamentos de titularidade da Companhia; (iv) cessão fiduciária dos direitos creditórios advindos do Projeto de titularidade da Companhia e das contas relacionadas ao Projeto; (v) compromisso de aporte de capital na Companhia, pelos sócios; (vi) solidariedade entre as SPEs; (vii) cessão gratuita do direito de superfície; e (viii) fiança bancária vigente até a comprovação do Aporte Total.

Dívida	Covenants	Medição em 31.12.2025
BNB	Comprometimento da capacidade de pagamento ¹ ≤ 70%	Nenhum covenant gerou inadimplemento nos respectivos contratos.

1) Comprometimento da Capacidade de Pagamento: Geração de caixa da atividade / Amortizações de principal.

NOTA 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2025 e 31.12.2024 era de R\$ 118.865, dividido em 24.485.918 ações, todas escriturais e sem valor nominativo, sendo 12.242.959 ações ordinárias e 12.242.959 ações preferenciais, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas. A composição do capital social da Companhia é como se segue:

Acionista	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	%
ENGIE Lar do Sol Holding II S.A.	122.430	12.242.959	12.365.389	50,5
Unipar Carbocloro S.A.	12.120.529	-	12.120.529	49,5
	12.242.959	12.242.959	24.485.918	100

b) Reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício.

Do lucro líquido destinado as ações preferenciais tem direito ao recebimento de dividendos por ação iguais a 8,9 vezes o valor dos dividendos por ação ordinária, sendo obrigatório respeitar a proporção de 1:8,9 (uma ação ordinária por 8,9 ações ordinárias), conforme segue:

Acionista	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Peso 1:8,9	Proporção	Total	Participação
ENGIE Lar do Sol Holding II S.A.	122.430	12.242.959	8,9	108.962.335	109.084.765	90%
Unipar Carbocloro S.A.	12.120.529	-	1	-	12.120.529	10%

NOTA 12. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Unipar Carbocloro S.A.	19.532	18.377
Transações no mercado de curto prazo	1.571	35
	21.103	18.412
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(770)	(672)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20.333	17.740

NOTA 13. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Companhia apurou os impostos sobre o regime de lucro presumido:

	2025		2024	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	21.103	21.103	18.412	18.412
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	1.688	2.532	1.473	2.209
Receita financeira	752	752	1.532	1.532
Base de cálculo	2.440	3.284	3.005	3.741
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(613)	(296)	(749)	(336)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	24	-	24	-
Imposto de renda e contribuição social - resultado	(589)	(296)	(725)	(336)

NOTA 14. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2025, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 92.256.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até 2032. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2025, era de R\$ 9.009.

NOTA 15. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption (PDBI)* – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Eólico participa da referida apólice, sendo cobertos danos materiais incorridos à usina, incluindo a linha de transmissão, e lucros cessantes, no valor de R\$ 858.223 e R\$ 120.107, respectivamente, na data base de 31.12.2025. A vigência do seguro vai até 31.05.2026.

NOTA 16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC. O valor reconhecido no resultado de 2025 foi de R\$ 76.

b) Venda de energia entre partes relacionadas

A Companhia mantém contrato com a parte relacionada Unipar Carbocloro S.A. no ambiente de contratação livre na modalidade de autoprodução, com vencimento em 2042, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. O compromisso futuro deste contrato em 31.12.2025 é de R\$350.716.

NOTA 17. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	2025	2024
Compensação de imposto retido na fonte	(90)	(118)

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025, da Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

Jose Luiz Jasson Laydner
Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa e Financeira

Sergio Maes
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Valter Luís Barbieri Colombo
SC 038020/O-8



Shape the future
with confidence

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA LAR DO SOL III S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA LAR DO SOL III S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



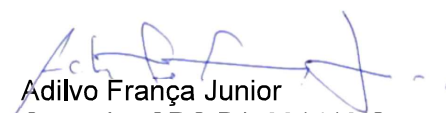
Shape the future
with confidence

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 27 de março de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F


Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O